

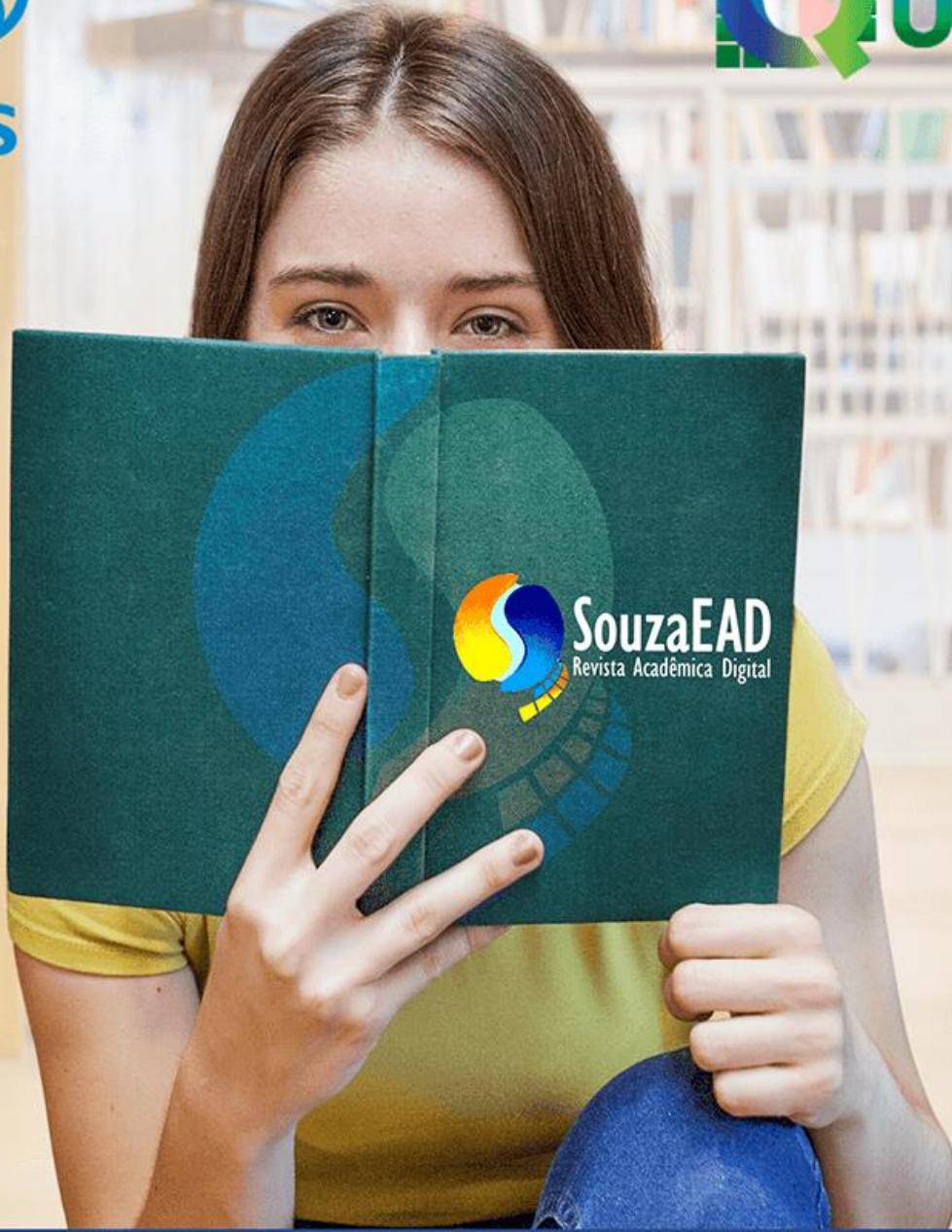
ISSN 2595-5934

REVISTA ACADÊMICA
D I G I T A L

DEZ
2025
EDIÇÃO
Nº92



 **QUALIS**
B4



REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

PERIODICIDADE
MENSAL

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

www.souzaeadrevistaacademica.com.br

IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PELA OFERTA PRECOCE DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA
IMPACTS ON CHILD DEVELOPMENT FROM EARLY INTRODUCTION OF ULTRA-PROCESSED FOODS: AN INTEGRATIVE REVIEW

SOUZA, Paphla Karina Santana de¹

SOUZA, Fernanda Pereira de²

RESUMO

A nutrição na primeira infância exerce papel fundamental no crescimento e formação de hábitos alimentares saudáveis. Contudo, a introdução precoce de alimentos ultraprocessados (AUP), tem se tornado uma prática crescente e preocupante, com potenciais prejuízos à qualidade da dieta infantil e ao desenvolvimento saudável. Essa revisão integrativa teve como objetivo analisar os impactos da oferta precoce de AUP no desenvolvimento infantil. À busca dos estudos foi realizada nas bases SciELO, PubMed, LILACS e MEDLINE, incluindo artigos originais, entre 2015 e 2025. Foram excluídos trabalhos duplicados, não relacionados ao tema ou voltados a outras faixas etárias. Os resultados evidenciam que o consumo de AUP está associado à vulnerabilidade social, baixa escolaridade materna, tempo excessivo de exposição a telas e práticas alimentares inadequadas. Por outro lado, a inserção e permanência no ambiente escolar mostraram efeito protetor. Constatou-se que a introdução antecipada desses alimentos compromete o crescimento e o desenvolvimento infantil, além de favorecer a formação de hábitos alimentares inadequados que podem persistir na vida adulta. Conclui-se que a introdução precoce desses alimentos, especialmente biscoitos, bebidas adoçadas, sobremesas lácteas e salgadinhos, reduz a diversidade alimentar, diminui a ingestão de alimento *in natura*, além de favorecer hábitos alimentares inadequados ao longo da vida, causando prejuízo, nesse sentido, estratégias de intervenção, políticas públicas e ações educativas voltadas à promoção do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados são fundamentais para reduzir o consumo precoce de ultraprocessados e promover a saúde infantil.

Palavras-chave: Alimentação Complementar. Alimentos Industrializados. Nutrição Da Criança. Hábito Alimentar Infantil.

ABSTRACT

Nutrition in early childhood plays a fundamental role in growth and the formation of healthy eating habits. However, the early introduction of ultra-processed foods (UPF) has become a growing and worrying practice, with potential harm to the quality of

¹ Graduanda em Nutrição, Centro Universitário Santa Maria - Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail paphlakarinasantana@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5184-0639> ; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2392959638841313>

² Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais. Docente do Centro Universitário Santa Maria - Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: nandasouzadoc@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6001-2749>; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6645297300155595>

children's diets and healthy development. This integrative review aimed to analyze the impacts of the early introduction of UPF on child development. The search for studies was conducted in the SciELO, PubMed, LILACS, and MEDLINE databases, including original articles published between 2015 and 2025. Duplicate studies, those unrelated to the topic, or those focused on other age groups were excluded. The results show that UPF consumption is associated with social vulnerability, low maternal education, excessive screen time, and inadequate eating habits. On the other hand, inclusion and continued attendance at school showed a protective effect. It was found that the early introduction of these foods compromises child growth and development, in addition to favoring the formation of inadequate eating habits that may persist into adulthood. It is concluded that the early introduction of these foods, especially biscuits, sweetened beverages, dairy desserts, and savory snacks, reduces dietary diversity, decreases the intake of whole foods, and promotes inadequate eating habits throughout life, causing harm. In this sense, intervention strategies, public policies, and educational actions aimed at promoting the consumption of whole and minimally processed foods are fundamental to reducing the early consumption of ultra-processed foods and promoting children's health.

Keywords: Complementary Feeding. Processed Foods. Child Nutrition. Children's Eating Habits.

1. INTRODUÇÃO

A infância é caracterizada pela rapidez no crescimento da criança, onde a alimentação tem um papel fundamental para que isso ocorra de forma adequada (LOPES *et al.*, 2017). O elevado consumo de alimentos calóricos, favorece o desenvolvimento da obesidade no público infantil, que está relacionado com a introdução de alimentos não saudáveis na alimentação complementar (PEREIRA *et al.*, 2022).

O leite materno é essencial para o lactente, pois comprovadamente evita mortes infantis, infecções respiratórias, diarreia, diminui o risco de alergias e de obesidade, promove o desenvolvimento da cavidade bucal, melhora a nutrição e protege a mãe contra o câncer de mama (SILVA; MELLO, 2021). O Ministério da Saúde (MS) recomenda que a amamentação seja ofertada até os dois anos de idade ou mais, sendo de forma exclusiva durante os 6 primeiros meses, ou seja, sem necessidade de água, chás, sucos, água de coco, nem qualquer outro alimento (BRASIL, 2019).

Depois do sexto mês, o aleitamento materno exclusivo (AME) já não supri completamente as necessidades nutricionais da criança, tornando-se essencial a

alimentação complementar, sendo assim iniciada a introdução alimentar (IA) de forma lenta e gradual (Lima, 2023) devendo ser baseada em alimentos *in natura*, obtidos de plantas e animais, como frutas, verduras, legumes, tubérculos, grãos, cereais, ovos e carnes, evitando o consumo de alimentos ultraprocessados antes dos dois anos de vida (GDESTA et al., 2019).

A introdução alimentar quando realizada de forma adequada e equilibrada contribui para o desenvolvimento saudável, favorecendo o funcionamento dos órgãos e sistemas, além de auxiliar na prevenção de doenças (LIMA, 2023). Nos primeiros dois anos de vida, a seleção dos alimentos merece atenção e cuidado, pois é nessa fase que estará sendo formado os hábitos alimentares da criança (BRASIL, 2019). Nessa etapa, é recomendado evitar o consumo de ultraprocessados, como refrigerantes, salgadinhos, embutidos, doces, sucos industrializados, já que esses alimentos estão associados de forma negativa à saúde infantil, principalmente quando é oferecido antes do completo desenvolvimento fisiológico (GDESTA et al., 2019).

Conforme definido pela Classificação NOVA, que é um sistema de categorização de alimentos baseado no grau de processamento industrial, desenvolvido pelo grupo do pesquisador Carlos Augusto Monteiro onde os alimentos ultraprocessados são formulações industriais, compostas de substâncias extraídas ou derivadas de alimentos, contendo pouco ou nenhum alimento inteiro em sua composição, sendo frequentemente adicionado de aditivos como flavorizantes, corantes, emulsificantes e conservantes, os quais têm a função de modificar características sensoriais do produto final. Os métodos e ingredientes usados em sua produção visam a criação de produtos de baixo custo, altamente palatáveis e de fácil consumo, visando substituir os alimentos *in natura* ou minimamente processados (LOUZADA et al., 2021).

A introdução de alimentos ultraprocessados na infância, com alto valor energético e baixo valor nutricional, pode comprometer o desenvolvimento infantil, reduzindo a proteção imunológica, desencadeando o surgimento de processos alérgicos e dificultando a digestão e absorção de nutrientes, tais impactos que repercutem diretamente no crescimento (LOPES et al., 2020). A obesidade infantil, tem sido associada a introdução precoce e inadequada da alimentação complementar,

quando feita a partir de dietas com perfil obesogênico podendo gerar repercussões a longo prazo, gerando uma predisposição ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis na fase adulta (GIESTA et al., 2019).

Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) evidenciam a elevada presença de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças brasileiras. Entre crianças de 6 a 23 meses, a prevalência de consumo desses produtos atingiu 80,5%, revelando um padrão alimentar preocupante já nos primeiros anos de vida. Observou-se que a região Norte apresentou o maior percentual (84,5%), superior às demais regiões do país, com diferença estatisticamente significativa em relação à região Centro-Oeste (76,1%), reforçando um cenário nacional marcado pelo consumo precoce e generalizado de ultraprocessados (UFRJ, 2021).

Nesse sentido, atualmente observa-se o aumento da oferta precoce de AUP na dieta de lactentes e crianças pequenas, muitas vezes em desacordo com as recomendações das diretrizes nutricionais vigentes. O consumo desses produtos está frequentemente associado à substituição de alimentos in natura e minimamente processados, reduzindo a qualidade da dieta e comprometendo o crescimento saudável.

Portanto, justifica-se a relevância do estudo visto que o consumo de AUP na infância apresenta impacto crescente sobre a saúde infantil e interfere diretamente na formação de hábitos alimentares saudáveis e no desenvolvimento físico e cognitivo da criança. Diante desse cenário, torna-se importante compreender como a introdução precoce desses alimentos influencia o desenvolvimento infantil, uma vez que os primeiros anos de vida são fundamentais para a consolidação de comportamentos que tendem a persistir ao longo da vida.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral avaliar os impactos da oferta precoce de alimentos ultraprocessados no desenvolvimento infantil. De forma específica, busca identificar os principais tipos de alimentos ultraprocessados consumidos por crianças na primeira infância, analisar os fatores que influenciam esse consumo e investigar as consequências dessa prática para a saúde e o comportamento alimentar infantil.

2. METODOLOGIA

Optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura para a condução deste estudo, por se tratar de uma metodologia capaz de abarcar tanto estudos experimentais quanto não experimentais, além de permitir a integração de dados teóricos e empíricos, com o objetivo de compreender de forma abrangente o fenômeno investigado (IVNUK et al., 2023).

A revisão integrativa inclui seis etapas distintas, similares as etapas de desenvolvimento de uma pesquisa convencional:

1^a) Identificação do tema e definição da questão de pesquisa- inicia-se com a definição de um problema e a formulação de uma hipótese de pesquisa que apresente relevância para a saúde. Nesse contexto, a saúde da criança no que se refere a alimentação na primeira infância, especificamente sobre a oferta precoce de alimentos ultraprocessados, que requer atenção devido à sua influência no desenvolvimento e na formação de hábitos alimentares saudáveis. Assim, a pergunta norteadora desse estudo foi: Quais são os impactos do consumo precoce de alimentos ultraprocessados no desenvolvimento infantil e quais fatores influenciam esse padrão alimentar?

2^a) Critérios para a seleção da amostra – A busca foi realizada entre junho e setembro de 2025 nas bases SciELO, PubMed, LILACS e MEDLINE. Foram incluídos artigos originais publicados entre 2015 e 2025, disponíveis em texto completo, no idioma português ou inglês, e que abordassem especificamente o consumo de alimentos ultraprocessados na infância, os fatores associados e seus impactos no desenvolvimento infantil. Não houve avaliação da qualidade metodológica dos artigos incluídos no estudo. Foram excluídos os artigos duplicados, as revisões de literatura, os relatos de experiência, bem como estudos que não apresentavam dados originais ou que não abordavam de forma direta o tema investigado. Também foram eliminados os trabalhos que envolviam outras faixas etárias (como adultos e idosos), além das pesquisas que não contemplavam a primeira infância ou o intervalo etário de 0 a 5 anos, definido como foco desta revisão. Excluíram-se, ainda, publicações indisponíveis em texto completo, aquelas com mais de dez anos em relação ao período da busca (anteriores a 2015) e os estudos redigidos em idiomas distintos do

português e do inglês. A aplicação rigorosa desses critérios possibilitou um processo de triagem mais preciso, transparente e alinhado aos objetivos propostos, garantindo a seleção de estudos pertinentes e metodologicamente compatíveis com a temática da revisão.

3^{a)} Estratégia de busca- a procura na base MEDLINE foi realizada utilizando os descritores hábito alimentar infantil, alimentação complementar, alimentos industrializados e nutrição da criança, resultando em 351 artigos, os quais foram refinados pelo ano de publicação (desde 2015), totalizando 204 artigos. Na base LILACS, a pesquisa com o descritor alimentação complementar retornou 1.089 artigos, posteriormente refinados pelos filtros estado nutricional e últimos 10 anos, totalizando 50 artigos. Com o descritor hábito alimentar infantil, foram encontrados 603 artigos, que foram refinados pelos filtros estado nutricional, obesidade infantil, sobrepeso e últimos 10 anos, resultando em 129 artigos. Por fim, utilizando o descritor nutrição da criança e aplicando os filtros saúde da criança e comportamento alimentar, foram recuperados 134 artigos, totalizando 313 estudos selecionados na LILACS. Na base SciELO, a busca foi realizada com os descritores alimentação complementar e alimentos industrializados, aplicando os filtros de área temática pediatria e idiomas inglês e português, resultando em 64 artigos. Já na base PubMed, a pesquisa utilizando o descritor nutrição da criança retornou 56 artigos.

4^{a)} Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados – Ao todo, foram identificados 637 artigos nas bases SciELO, PudMed, LILACS e MEDLINE. Após a remoção de duplicatas, permaneceram 582 estudos para a primeira etapa de triagem. Inicialmente foi realizada a leitura dos títulos que resultou na exclusão de 391 artigos, por não abordarem diretamente sobre o consumo de alimentos ultraprocessados na infância, não estarem disponíveis no idioma inglês ou português e por tratarem de temáticas distantes. Assim, 191 estudos seguiram para avaliação subsequente.

Na segunda etapa, procedeu-se à aplicação rigorosa dos critérios de exclusão, nessa fase, 142 artigos foram descartados por se tratarem de revisões de literatura, reatos de experiência, estudos sem dados originais, pesquisas voltadas a outras faixas etárias, além de trabalhos não disponíveis em texto completo ou publicados antes de 2015, assim, 49 estudos foram selecionados para leitura detalhada dos

resumos. Posteriormente, 15 artigos foram considerados aptos para a leitura na íntegra, enquanto 34 foram excluídos por apresentarem inconsistências metodológicas ou não atenderam plenamente aos critérios da pesquisa. Durante a leitura completa, 8 estudos foram eliminados por não atenderem ao foco central da revisão ou por apresentarem limitações relevantes, resultando em 7 artigos que compuseram a amostra final, conforme ilustrado na Figura 1. Entre os estudos incluídos, 4 foram provenientes da SciELO, 1 da LILACS, 1 da MEDLINE e 1 da PubMed, refletindo a diversidade das bases consultadas.

5^{a)}) Análise e interpretação dos resultados - para facilitar a visualização e compreensão dos estudos incluídos nesta revisão, elaborou-se um quadro que reúne as principais informações de cada artigo selecionado. Estão dispostos dados referentes aos autores e ano de publicação, detalhamento do estudo, objetivos, metodologia e principais resultados apresentadas pelos autores.

6^{a)}) Apresentação da síntese do conhecimento - As evidências foram consolidadas e sintetizadas em uma conclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos incluídos nesta revisão integrativa investigam a relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados na infância, os fatores associados, como características sociodemográficas, hábitos familiares e estado nutricional. De forma geral, os trabalhos destacam a introdução precoce de AUP, a elevada frequência de consumo em diferentes regiões, e a associação com padrões alimentares menos saudáveis e maior risco de obesidade infantil. Além disso, evidenciam que contextos socioeconômicos vulneráveis, menor escolaridade dos pais e estilos de vida obesogênicos influenciam diretamente o comportamento alimentar das crianças.

Os achados de Viola et al. (2023) evidenciaram que o tempo de tela esteve associado a maior consumo de AUP e menor consumo de alimentos saudáveis, enquanto a permanência prolongada na escola foi considerada fator protetor devido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destacando o papel do ambiente escolar e dos hábitos familiares como determinantes-chave da alimentação infantil.

De forma complementar, Nogueira et al. (2022), em estudo conduzido na Amazônia, investigando o consumo de AUP em crianças no primeiro ano de vida, encontrou prevalência alarmante: 87,5% haviam consumido ao menos um AUP, e 40,5% três ou mais no dia anterior, apenas 76,6% possuíam diversidade alimentar considerada adequada pela OMS. Esse estudo também identificou que o maior consumo de AUP estava associado às crianças de famílias com menor nível socioeconômico e filhos de mães adolescentes ou com baixa escolaridade. Tais resultados reforçam a influência da vulnerabilidade social e da escolaridade materna sobre a alimentação, convergindo com os achados de Viola et al. (2023)

O estudo de Porto et al. (2022), realizado com crianças de até 6 meses, identificou elevada frequência de consumo de AUP, especialmente bolachas/biscoitos (23,3%) e petit suisse (14,3%), além da oferta precoce de chá antes dos 30 dias e leite de vaca antes dos seis meses, concluindo que a introdução precoce de AUP, estava associada à vulnerabilidade social, representa risco à saúde infantil, uma vez que esses alimentos não são recomendados antes dos seis meses por aumentarem a chance de obesidade, hipertensão e dislipidemias. Na mesma direção, o estudo de Torre et al. (2022) avaliou fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de 24 meses, observando que 29,09% das crianças menores de seis meses não receberam aleitamento materno exclusivo ou tiveram tempo de oferta inferior a 30 dias. Entre os lactentes maiores de seis meses, identificou-se consumo de AUP, principalmente suco industrializado no último mês, baixa ingestão de frutas e hábito de comer assistindo televisão. O estudo também apontou que a anemia gestacional foi um fator de risco relevante para alterações no estado nutricional infantil, enquanto o trabalho materno atuou como fator protetor, possivelmente devido à maior escolaridade e acesso a recursos, embora o tempo fora de casa pudesse favorecer o consumo de alimentos ultraprocessados. Apesar de diferenças metodológicas, este estudo reitera a associação entre práticas maternas, vulnerabilidade social e risco nutricional infantil.

Na pesquisa de Lacerda et al. (2023), foi constatado que mais de 80% das crianças menores de 2 anos consumiram AUP, esse consumo expõe as crianças, a altos teores de açúcar, sódio, gordura saturada e aditivos. Em concordância, Beserra

et al. (2020), em revisão sistemática sobre a relação entre o consumo de AUP e o perfil lipídico de crianças e adolescentes, identificaram que a maioria dos estudos evidenciou associação entre o consumo desses produtos e piora do perfil lipídico. Essa relação foi particularmente forte para bebidas açucaradas, doces e sobremesas, cujo excesso de carboidratos simples de rápida absorção favorece hiperglicemia, hiperinsulinemia e lipogênese hepática, resultando em hipertrigliceridemia, aumento de Lipoproteína de Baixa Densidade (LDL-c) e redução de lipoproteínas de alta densidade (HDL-c). Ademais, o alto teor de sódio, gorduras saturadas e, sobretudo, gorduras trans presentes nos AUP contribuem para um perfil lipídico pró-aterogênico. Esses resultados ressaltam que o risco metabólico do consumo precoce e contínuo de AUP se manifesta ainda na infância e adolescência, aumentando a vulnerabilidade para doenças crônicas.

No estudo conduzido por Moraes, Adami e Fassina (2021) com 508 crianças no Rio Grande do Sul (RS), indicou que a maior parte das crianças apresentava peso adequado ($n = 345$), seguida por aquelas com risco de sobrepeso ($n = 83$), conforme o indicador IMC/I. Verificou-se alto consumo de alimentos ultraprocessados, especialmente bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, salgadinhos ou biscoitos salgados e biscoitos recheados, doces e guloseimas. Em estudo realizado por Neves e Madruga (2019), também no estado do RS em Pelotas, com 79 crianças de 1 a 3 anos, observou-se mediana de 90 dias para o AME e média de 5,3 meses para o início da Alimentação Complementar (AC), sendo que metade iniciou de forma precoce. Entre os primeiros alimentos ofertados destacaram-se frutas amassadas, seguidas de carboidratos e sucos. O consumo de alimentos industrializados mostrou-se elevado: até os seis meses, 43% das crianças já haviam consumido gelatina e 12,7% sucos de caixinha; entre 6 e 24 meses, 96,2% consumiram biscoito recheado e 91,1% salgadinhos. Quanto ao estado nutricional, identificou-se maior prevalência de risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade em comparação à desnutrição. Apesar das limitações do tamanho amostral, este estudo ilustra o impacto da introdução precoce de AUP sobre desfechos nutricionais adversos.

González et al. (2024) realizaram um estudo com pré-escolares no Brasil e Uruguai, observaram prevalência geral de obesidade de 4,61%, sendo maior no Brasil,

com predominância no consumo de biscoitos, doces e sobremesas lácteas embaladas, entretanto a ingestão também foi elevada em crianças uruguaias. Segundo Marques, Bezerra e Sousa (2020), após revisão integrativa, analisando artigos originais, concluiu que o sobre peso e a obesidade infantil têm surgido cada vez mais cedo, influenciados pelo consumo de alimentos industrializados ricos em gordura, açúcar e sódio, e pela baixa ingestão de frutas e verduras, resultando em deficiências nutricionais.

Nascimento, Albuquerque e Cavalcante (2022) enfatizaram que fatores como o ambiente obesogênico e hábitos familiares influenciam diretamente os padrões alimentares, afetando a saúde infantil e elevando o risco de doenças crônicas não transmissíveis. Já no estudo de Castro et al. (2023), observou-se que o consumo de AUP não apresentou associação com anemia ou deficiência de vitamina A, destacam que pequenas quantidades de AUP em crianças mais velhas podem refletir maior diversidade ou acesso a alimentos fortificados, sem, no entanto, configurar recomendação de consumo de AUP. Esse achado diverge parcialmente dos demais estudos, evidenciando a complexidade da relação entre AUP e estado nutricional.

Em comparação, Silva et al. (2023) avaliaram crianças menores de dois anos em Guarapuava (PR), também com base no SISVAN (2017–2019), observando que aproximadamente metade recebia aleitamento materno. A introdução alimentar adequada foi baixa (28,6% em 2018 e 34,1% em 2019), com consumo crítico de alimentos ricos em ferro ($\approx 15\%$), indicando risco de anemia e deficiências nutricionais. Embora o consumo de alimentos não saudáveis tenha sido menor do que em outros estudos da região Sul e do Brasil, ainda estava presente e poderia favorecer hábitos inadequados. Esse estudo reforça que, mesmo em contextos de menor prevalência, o consumo de AUP ainda constitui desafio para a formação de hábitos saudáveis.

Muller et al. (2025), por meio de um estudo, entrevistou uma amostra composta por 365 crianças, aplicando a ferramenta denominada *Rastreador do Consumo de Alimentos Ultraprocessados*, seguida imediatamente pelo recordatório de 24 horas (R24h), com o intuito de avaliar o padrão alimentar infantil. Os resultados apontaram uma elevada frequência de consumo de diversos alimentos ultraprocessados, entre os quais destacam-se: biscoitos/bolachas recheadas, bebidas

achocolatadas líquidas e em pó, pães industrializados (como pão de forma, de cachorro-quente e de hambúrguer), margarina, guloseimas (como balas, chicletes, pirulitos e gelatina), embutidos (presunto, mortadela, salsicha e salame), sucos industrializados (de caixinha), salgadinhos de pacote, refrigerantes, bebidas lácteas adoçadas, chocolates, sorvetes, frango empanado industrializado e macarrão instantâneo, evidenciando a ampla presença desses produtos na rotina alimentar infantil.

Em síntese, os estudos analisados, embora distintos em metodologia e faixa etária, convergem ao evidenciar que o consumo precoce e frequente de alimentos ultraprocessados constitui uma realidade crescente entre lactentes e crianças pequenas, independentemente da região geográfica ou condição socioeconômica. Observa-se que a introdução desses produtos ocorre, muitas vezes, antes dos seis meses de idade, substituindo alimentos naturais e reduzindo a qualidade nutricional das dietas infantis.

Os estudos revisados demonstram associação consistente entre a introdução precoce de AUP e desfechos nutricionais desfavoráveis, como aumento do risco de sobrepeso e obesidade, alterações no perfil lipídico e carências de micronutrientes essenciais. Além disso, o consumo desses alimentos está relacionado a fatores comportamentais e ambientais, como o tempo de exposição a telas, a rotina familiar, o nível de escolaridade materna e a vulnerabilidade social. Tais aspectos reforçam a importância de políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção de práticas alimentares saudáveis desde a primeira infância.

Outro ponto relevante identificado é o papel da família e do ambiente escolar como determinantes centrais na formação dos hábitos alimentares. A presença de programas institucionais, como o PNAE, mostra-se como fator protetor, enquanto o ambiente doméstico, marcado pela praticidade e disponibilidade de produtos industrializados, tende a favorecer o consumo de AUP.

Dessa forma, os achados desta revisão reforçam a necessidade de estratégias educativas voltadas à orientação dos cuidadores e responsáveis, com enfoque na importância da alimentação complementar baseada em alimentos in natura e minimamente processados. A atuação de profissionais de saúde,

especialmente nutricionistas e equipes da atenção básica, é essencial para prevenir a exposição precoce aos ultraprocessados e minimizar seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil.

Conclui-se que a oferta precoce de alimentos ultraprocessados compromete o crescimento, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o estado nutricional das crianças, podendo repercutir negativamente na saúde ao longo da vida. O incentivo ao aleitamento materno, à alimentação complementar adequada e à educação alimentar e nutricional constitui uma medida fundamental para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis desde os primeiros anos de vida.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a redução da exposição e do consumo de alimentos ultraprocessados na infância deve ser considerada uma prioridade em saúde pública, visando a construção de hábitos alimentares mais saudáveis e a prevenção de agravos ao longo do curso da vida. Foi possível compreender que a oferta precoce de alimentos ultraprocessados na infância constitui um problema de saúde pública, comprometendo a qualidade da alimentação e o desenvolvimento infantil. Estudos mostram que o consumo desses alimentos tem início nos primeiros meses de vida, com destaque para biscoitos, bebidas adoçadas, sobremesas lácteas e salgadinhos, essa introdução precoce está associada à redução da diversidade alimentar, ao consumo insuficiente de frutas, hortaliças e alimentos ricos em ferro, além de favorecer hábitos alimentares inadequados que tendem a se perpetuar ao longo da vida. Além disso, fatores socioeconômicos, como baixa renda e menor escolaridade dos pais, tempo de tela e práticas familiares desreguladas, contribuem para essa introdução precoce, enquanto a escola, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar exerce efeito protetor.

A oferta precoce de AUP está relacionada a desfechos adversos, incluindo maior risco de sobrepeso, obesidade, alterações no perfil lipídico, além de potenciais deficiências nutricionais decorrentes da baixa ingestão de alimentos in natura e

minimamente processados. Esses achados convergem com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, que orientam a não oferta de ultraprocessados antes dos dois anos de idade. Diante desse panorama, torna-se evidente que estratégias de intervenção que promovam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses, e a introdução oportuna e adequada da alimentação complementar, juntamente com a valorização de alimentos in natura e minimamente processados são essenciais para promover hábitos saudáveis e prevenir agravos nutricionais desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Brasília:18 Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/Documentos/pdf/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2anos.pdf/view>.

BESERRA, J. B.; SOARES, N. I.S.; MARREIROS, C. S.; CARVALHOS, C. M. R. G.; MARTEINS, M. C. C.; FREITAS, B. J. S.; SANTOS, M. M.; FROTA, K. M. G. Crianças e adolescentes que consomem alimentos ultraprocessados possuem pior perfil lipídico? Uma revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 4979–4989, 4 dez. 2020.

CASTRO, I. R. R.; NORMANDO, P.; FARIA, D. R.; BERTI, T. L.; SCHINCAGLIA, R. M.; ANDRADE, P. G.; BERTONI, N.; LACERDA, E. M. A.; ANJOS, L. A.; BOCCOLINI, C. S.; REIS, M. C.; BEZERRA, F. F. JUNIOR, A. A. J. J.; LIRA, P. I. C.; KAC, G. Factors associated with anemia and vitamin A deficiency in Brazilian children under 5 years old: Brazilian National Survey on Child Nutrition (ENANI-2019). Cadernos De Saúde Pública, v. 39, n. suppl 2, 1 jan. 2023.

GIESTA, J.M.; ZOCHE, E.; CORRÊA, R.S.; BOSA, V.L. Fatores associados a introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de menores de dois anos. Ciência e Saúde Coletiva. 24 (7) jul 2019 <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.24162017>.

GONZÁLEZ, I. P.; BUFFARINI, R.; GOMEZ, A.; ANTÚNEZ, S. F.; FLETCHER, A. M.; GARBERO, L. G.; UMPIÉRREZ, A. F.; DOMINGUES, M. R.; SILVEIRA, M. F. Ultra-processed food consumption and nutritional status in Uruguayan and Brazilian children between three to five years. Archivos Latinoamericanos de Nutrición, Caracas, v. 73, supl. 2, p. 47-57, 2024. DOI:10.37527/2023.73.s2.006.

IVNUK, L. P.; FERREIRA, M. C.; FARIA, O. F.; BELLO, S.R.B.; PAZELLO, C. T.; RODRIGUES, S. G.S.; SILVA, R. W. Seletividade alimentar infantil: Uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 12, p. e130121244099–e130121244099, 21 nov. 2023. <https://rsdjurnal.org/rsd/article/view/44099>

LACERDA, E. M. DE A.; BERTONI, N.; SANTOS, N. H. A.; CARNEIRO, L. B. V.; SCHINCAGLIA, R. M.; BOCCOLINI, C. S.; CASTRO, I. R.R.; ANJOS, L.A.; BERTI, T. L.; KAC, G. Minimum dietary diversity and consumption of ultra-processed foods among Brazilian children 6-23 months of age. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00081422, 20 out. 2023.

LIMA, N.I.P.S. A Importância da introdução alimentar adequada para o desenvolvimento das crianças: Uma revisão sistemática 2023, Monografia (Bacharel em Nutrição). Universidade de Salvador- UNIFACS, Feira de Santana - BA, 2023.

LOPES, W. C.; MARQUES, F.K.S.; OLIVEIRA, C.F.; RODRIGUES, J.A.; SILVEIRA, M.F.; CALDEIRA, A.P.; PINHO, L. Alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida. *Revista Paulista de Pediatria*, Minas Gerais, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/;2018;36;2;00004>.

LOPES, W. C.; PINHO, L.; CALDEIRA, A.P.; LESSA, A.C. Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças menores de 24 meses de idade e fatores associados. *Revista Paulista de Pediatria*, Minas Gerais, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2018277>.

LOUZADA, M. L. DA C.; COSTA, C.S.; SOUZA, T.N.; CRUZ, G.L.; LEVY, R.B.; MONTEIRO, C.A. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. suppl 1, 2021.

MARQUES, M. A. V.; BEZERRA, K. C. B.; SOUSA, G. DA S. Influência do consumo de alimentos industrializados no sobrepeso e na obesidade infantil: uma revisão. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, p. e4799119964, 22 nov. 2020.

MORAES, V. C.; ADAMI, F.; FASSINA, P. Associação entre o consumo alimentar e o estado nutricional de crianças pré-escolares do município de Venâncio Aires – RS, Brasil. *Arquivos de Ciências da Saúde*, São José do Rio Preto, v. 28, n. 1, p. 16-21, 13 ago. 2021.

MÜLLER, A.; COSTA, C.S.; BUFFARINE, R.; VAZ, J.S.; DOMINGUES, M. R.; HALLAL, P. C.; MOTTA, J.V.S. Descrição e avaliação de um escore de consumo de alimentos ultraprocessados para crianças. *Revista de Saúde Pública*, v. 59, p. 5, 14 mar. 2025

NASCIMENTO, G. M. DA P. C., ALBUQUERQUE, M. S. DE, & CAVALCANTI, R. DE A. S. (2022). Consumo de alimentos ultraprocessados entre lactentes de 06 a 23 meses no estado de Pernambuco. *RBONE - Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento*, 15(95), 678-686.
<https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1795>

NEVES, A. M.; MADRUGA, S. W. Alimentação complementar, consumo de alimentos industrializados e estado nutricional de crianças menores de 3 anos em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016: um estudo descritivo. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 28, n. 1, abr. 2019.

NOGUEIRA, M. B.; MAZZUCCHETTI, L.; MOSQUERA, P. S.; CARDOSO, M. A.; MALTA, M. B. Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados no primeiro ano de vida em Cruzeiro do Sul, Acre, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 725–736, 2 fev. 2022.

PEREIRA, A.M.; BUFFARINI, R.; DOMINGUES, M.R.; BARROS, F.C.; SILVEIRA, M.F. Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças de uma Coorte de Nascimentos de Pelotas. *Revista de Saúde Pública*. 2022; 56:79.
<https://doi.org/10.11606/s15188787.2022056003822>

PORTO, J. P.; BEZERRA, V. M; NETTO, M.P; ROCHA, D.S. Introdução de alimentos ultraprocessados e fatores associados em crianças menores de seis meses no sudoeste da Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 2087–2098, maio 2022.

SILVA, G.M.F.; BENNEMANN, G. D.; SCHMITT, V.; SALDAN, P. C. Marcadores de consumo alimentar de crianças de 6 a 23 meses e 29 dias acompanhadas na atenção primária à saúde no município de Guarapuava, PR, entre 2016 e 2019. *Revista de APS*, v. 25, n. 4, 3 out. 2023.

SILVA, M. P; MELLO, A.P.Q. Impacto da introdução alimentar precoce no estado nutricional de crianças pré escolares. *Revista Saúde & Ciência online*, v. 9, n. 1, (janeiro a abril de 2021). p. 110-129. <https://doi.org/10.35572/rsc.v10i1.422>.

TORRE, A. C. C. D; MARQUES, D. V. B.; NOGUEIRA, D. A.; BRITO, T. R. P.; LIMA, D. B. Consumo alimentar na primeira infância: contribuição para vigilância alimentar e nutricional. *Journal of Human Growth and Development*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 193-203, 2022. DOI: 10.36311/jhgd.v32.10249.

UFRJ - Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Alimentação Infantil I: Prevalência de indicadores de alimentação de crianças menores de 5 anos: ENANI 2019. - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (135 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>

VIOLA, P. C. DE A. F.; RIBEIRO, S. A. V.; CARVALHO, R. R. S; ADREOLI, C. S.; NOVAIS, J. F.; PRIORE, S. E.; CARVALHO, C. A.; FRANCESCHINI, S. C. C. Situação

socioeconômica, tempo de tela e de permanência na escola e o consumo alimentar de crianças. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 257–267, 6 jan. 2023.